

RELATORIA: Diretor Marcelo Vinaud
TERMO: VOTO À DIRETORIA COLEGIADA
NÚMERO: DMV 135/2017
OBJETO: Declaração de Inidoneidade
ORIGEM: SUPAS/ANTT
PROCESSO(s): 50500.063069/2009-28
PROPOSIÇÃO PF/ANTT: NOTA N.º 353-3.5.3.3/2013/PF-ANTT/PGF/AGU (fls. 52)
PARECER N.º 2.379/2015/PF-ANTT/PGF/AGU (fls. 75/78)
PARECER N.º 02333/2017/PF-ANTT/PGF/AGU (fls. 96/97)
PROPOSIÇÃO DMV: Pela aplicação da pena.
ENCAMINHAMENTO: À VOTAÇÃO – DIRETORIA COLEGIADA

I – DAS PRELIMINARES

Trata-se de processo administrativo ordinário instaurado pela Superintendência de Serviços de Transportes de Passageiros – SUPAS, com base em representação encaminhada pela Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal, em virtude de possível irregularidade do veículo de placas JJD-8545, de propriedade da empresa REAL TURISMO LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 07.668.893/0001-97, que estaria transportando mercadorias estrangeiras sem comprovação de sua introdução regular no país.

II – DOS FATOS

Por meio do Ofício n.º 0217/09/EVA-3/DRF/FOZ, de 14 de agosto de 2009 (fls. 02/04), a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal, através da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Foz do Iguaçu/PR – EVA/3, apresentou à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT representação em desfavor da empresa REAL TURISMO LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 07.668.893/0001-97, tendo em vista que, em fiscalização realizada em 06 de março de 2009, o veículo de placas JJD-8545, de propriedade da referida empresa, estaria transportando mercadorias estrangeiras sem comprovação de sua introdução regular no país.

Com base nessas informações, e após analisar a documentação, a Superintendência de Serviços de Transportes de Passageiros – SUPAS emitiu a Nota n.º 0797/2010/SUPAS/ANTT, de 25 de agosto de 2010 (fls. 21/24), informando que, à época dos fatos, a empresa REAL TURISMO LTDA. era autorizatária dos serviços de fretamento perante a ANTT, com Certificado de Registro para Fretamento – CRF válido até 16 de julho de 2009, estando o veículo em questão cadastrado em sua frota desde 10 de março de 2009.

Verificando que a conduta da referida empresa enquadra-se no disposto nos §§ 1º e 5º do art. 36 do Decreto n.º 2.521, de 20 de março de 1998, que preveem a penalidade de declaração de inidoneidade para a empresa que utilizar o termo de autorização para fretamento contínuo, eventual ou turístico para a prática de qualquer outra modalidade diversa da que lhe foi autorizada, bem como no disposto no art. 86, inciso VI do mesmo Decreto, que impõe essa mesma sanção à transportadora que praticar serviço não autorizado ou permitido, qual seja, transporte de mercadorias, a SUPAS constituiu uma Comissão Processante, conforme Portaria n.º 494/SUPAS/ANTT, de 29 de outubro de 2010 (fls. 27), para apurar os fatos e propor a medida cabível necessária.

Os trabalhos da Comissão Processante foram iniciados no dia 05 de novembro de 2010, conforme consta da Ata de Deliberação (fls. 28), tendo deliberado pela intimação da empresa REAL TURISMO LTDA., para apresentação de defesa prévia, muito embora a Intimação Via Postal seja datada de 21 de janeiro de 2011 (fls. 29/30), e do Aviso de Recebimento – AR devolvido pelos Correios (fls. 33) conste que a empresa foi realmente intimada em 01 de março de 2011.

Inclusive, nessa mesma data, foi publicada a Portaria n.º 84/SUPAS/ANTT, de 01 de março de 2011 (fls. 32), prorrogando por 120 (cento e vinte) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Processante.

Embora tenha sido devidamente intimada, a empresa REAL TURISMO LTDA. não apresentou defesa prévia, conforme consta da Ata de Deliberação lavrada pela Comissão Processante em 23 de junho de 2011 (fls. 34), ocasião em que se deliberou por intimar novamente a referida empresa, nessa oportunidade para apresentação de alegações finais.

Foi expedida a Intimação Via Postal apenas em 07 de agosto de 2012 (fls. 35), com o prazo para realização dos trabalhos, prorrogado pela Portaria n.º 84/SUPAS/ANTT, já encerrado, e somente na sequência foi publicada a Portaria n.º 132/SUPAS/ANTT, de 08 de agosto de 2012 (fls. 36), constituindo nova Comissão Processante, com prazo de 120 (cento e vinte) dias para conclusão dos trabalhos.

Entretanto, conforme AR devolvido pelos Correios (fls. 39), a empresa REAL TURISMO LTDA. não foi encontrada, destacando-se que houve 03 (três) tentativas de entrega da intimação, nos dias 13, 14 e 15 de agosto de 2012, motivo pelo qual a Comissão Processante deliberou, em 01 de outubro de 2012, conforme Ata de Deliberação (fls. 40), por promover a intimação da empresa por edital.

Houve então a publicação do edital no Diário Oficial da União de 19 de outubro de 2012 (fls. 41), e em seguida consta dos autos um Despacho da Presidente da Comissão Processante sem qualquer informação de data, nos seguintes termos:

“Diante da evidência de encerramento informal das atividades da empresa e sua devida intimação por Diário Oficial para apresentação de defesa prévia, sem qualquer manifestação nesse sentido, decide-se aplicar, diante do conjunto de provas dos autos, analogicamente as normas do CPC quanto à revelia e ao julgamento antecipado. Assim, dispensa-se intimação em alegações finais. Remetam-se os autos conclusos à elaboração de Relatório Final.

Cumpre, no entanto, destacar que o edital publicado buscou intimar a empresa REAL TURISMO LTDA. para apresentação de alegações finais, não de defesa prévia como consta no supracitado Despacho, vez que, na fase de defesa prévia, a empresa fora localizada, porém, não se manifestou.

Dessa forma, os autos foram remetidos à Comissão de Processo Administrativo para elaboração do Relatório Final, de 07 de novembro de 2012 (fls. 43/49), que concluiu pela aplicação da pena de declaração de inidoneidade à empresa REAL TURISMO LTDA..

Na sequência, conforme Despacho n.º 067/2013/NATAD/SUPAS/ANTT, de 23 de janeiro de 2013 (fls. 50), os autos foram encaminhados à Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres – PF/ANTT, para análise quanto à regularidade do Processo Administrativo, tendo a área jurídica se manifestado por meio da NOTA N.º 353-3.5.3.3/2013/PF-ANTT/PGF/AGU, de 18 de fevereiro de 2015 (fls. 52), da seguinte forma:

“(…)

3) *Considero que Despacho supra transcrito não está de acordo com os preceitos que regem o procedimento. Refiro-me à Resolução ANTT n. 442, de 17/02/2004, que contém disposições que, a meu juízo, foram contrariadas, a saber:*

a) *A intimação por edital deve ser publicada não apenas no DOU, mas também na página da ANTT na internet (§§ 6º e 8º do art. 24 e parágrafo único do art. 36), o que não ficou comprovado com relação à intimação para as alegações finais; e,*

b) *Não se aplicam os efeitos da revelia (§ 2º do art. 35).*

4) *Pelo exposto, oriento no sentido do processo retornas para a SUPAS/ANTT a fim de ser promovida a juntada aos autos do Edital de intimação objeto da publicação de fls. 41, bem assim o comprovante de sua publicação na página da ANTT na internet, observado o disposto nos §§ 6º e 8º do art. 24 e parágrafo único do art. 36, ambos da Resolução ANTT n. 442/2004.*

5) *Oportunamente, alerta acerca da necessidade de se constituir nova Comissão Processante, vez que a CPA já encerrara seus trabalhos.*”

Diante das recomendações da PF/ANTT, foi constituída nova Comissão Processante por meio da Portaria n.º 170/SUPAS/ANTT, de 14 de março de 2013 (fls. 54), tendo deliberado pela expedição de nova intimação via correio eletrônico, conforme Ata de Deliberação de 15 de março de 2013 (fls. 55).

Consta, na sequência, dos autos, a ficha de cadastro da empresa REAL TURISMO LTDA. (fls. 56), e no verso, um despacho manuscrito datado de 06 de junho de 2014, do qual se extraem as seguintes informações:

“Verifica-se ausente recebimento do correio eletrônico, devolvo o processo para correção de erro pela Comissão Processante, a saber:

Em primeiro, que o original do edital de fls. 41 foi devidamente arquivado na Supas. Que o documento de fls. 42 foi equivocadamente acostados aos autos o que acarretou erro na elaboração de Relatório Final.

Diante disso, com nova portaria, autos (ilegível) para elaboração de novo Relatório, visto intimação devida em alegações finais.” (SIC)

Sem que conste dos autos qualquer correio eletrônico que tenha sido enviado para a empresa, foi constituída nova Comissão Processante, conforme Portaria n.º 294/SUPAS/ANTT, de 06 de junho de 2014 (fls. 57), e elaborado Edital de Intimação/Notificação (fls. 58) para apresentação de alegações finais, que, no entanto, não se trata do primeiro edital publicado no Diário Oficial da União anteriormente, até mesmo porque menciona essa nova Portaria.

Nessa oportunidade, não foi promovida a juntada de cópia da publicação do referido edital, seja no Diário Oficial da União ou mesmo na página da ANTT na internet, sendo que, na sequência dos autos, consta uma cópia do primeiro edital (fls. 60), mencionando a publicação na imprensa oficial em 19 de outubro de 2012, bem como a publicação no sítio eletrônico em 15 de julho de 2014.

Além disso, foi promovida a juntada de uma tela do sistema que mostra a situação da empresa REAL TURISMO LTDA. (fls. 61), e na mesma página consta um despacho manuscrito, datado de 31 de julho de 2014, certificando o decurso do prazo para apresentação das alegações finais.

Com isso, foi elaborado novo Relatório Final, de 06 de agosto de 2014 (fls. 62/69), com a mesma conclusão, qual seja, pela aplicação da pena de declaração de inidoneidade à empresa REAL TURISMO LTDA..



Novamente os autos foram submetidos à análise jurídica, conforme Despacho n.º 594/2014/NATAD/SUPAS/ANTT, de 25 de agosto de 2014 (fls. 71), tendo a PF/ANTT se manifestado por meio do PARECER N.º 2.379/2015/PF-ANTT/PGF/AGU, de 20 de março de 2015 (fls. 75/78), concluindo:

“(…)

15) *Outrossim, pouco importa o fato de que as mercadorias apreendidas sejam de responsabilidade dos passageiros transportados e não da Transportadora, visto que incidem na espécie o disposto no art. 46, inciso III e V, da Resolução ANTT n. 1.166/2005, bem assim o disposto no § 1º do art. 35, do Decreto n. 2.521/1998, que proíbem o transporte de produtos contrabandeados ou desacompanhados de documentação capaz de legitimar a sua entrada no país, ou o transporte de mercadorias que caracterizam a prática de comércio.*

16) *O que se imputa à Transportadora não é a propriedade das mercadorias apreendidas, mas o seu transporte que, no caso, fez-se em desacordo com as regras legais.*

17) *Portanto, não restou afastada a infração imputada à interessada, mostrando-se adequadamente fundamentado o Relatório Final apresentado, até porque a farta descrição dos fatos contidos nos autos demonstram a inobservância da legislação que disciplina o serviço público que lhe foi autorizado.*

(…)”

Após o retorno dos autos à SUPAS em 23 de março de 2015, o processo ficou sem movimentação por mais de um ano, até a edição de Despacho datado de 18 de abril de 2016 (fls. 80), em que a Gerência Técnica de Assessoramento – GETAE informou que o prosseguimento da análise dependia da resposta aos questionamentos formulados à PF/ANTT nos autos do processo n.º 50500.118933/2016-65, autuado em 11 de abril de 2016, motivo pelo qual recomendou a suspensão dos presentes autos até o pronunciamento conclusivo.

Foi promovida a juntada de cópia da NOTA N.º 01720/2017/PF-ANTT/PGF/AGU, de 08 de agosto de 2017, com a manifestação final da PF/ANTT nos autos do processo mencionado acima, e da leitura se verifica que a consulta promovida pela SUPAS tinha por objetivo identificar a possibilidade de se aplicar penalidade de multa em vez de declaração de inidoneidade para os casos em que as bagagens estivessem identificadas pela empresa, o que atenuaria sua responsabilidade.

Entretanto, conforme o entendimento conclusivo da PF/ANTT, não houve fato novo ao longo dos anos que fosse capaz de modificar o posicionamento da área jurídica quanto à tipificação da infração, de modo que o recomendável é a aplicação da pena de declaração de inidoneidade.

Conforme sorteio realizado em 04 de outubro de 2017 (fls. 89), o presente processo foi distribuído à Diretoria Marcelo Vinlaud – DMV, para análise e proposição em Reunião da Diretoria Colegiada.

Não obstante as manifestações da área jurídica ao longo do processo, ao promover a análise dos autos, a DMV verificou algumas questões que suscitaram dúvidas, motivo pelo qual elaborou o Despacho n.º 060/DMV/2017, de 05 de outubro de 2017 (fls. 90/95), solicitando orientação da PF/ANTT.

Primeiramente, conforme destacado acima, na Ata de Deliberação datada de 23 de junho de 2012 (fls. 34), a Comissão Processante deliberou por intimar a empresa REAL TURISMO LTDA. para apresentar alegações finais, muito embora a Intimação Via Postal somente tenha sido expedida em 07 de agosto de 2012 (fls. 35), isto é, quase um ano e dois meses depois.

No entanto, cabe destacar que, em 01 de março de 2011, a Portaria n.º 84/SUPAS/ANTT (fls. 32) prorrogou, por mais 120 (cento e vinte) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, de modo que o processo deveria ser concluído até 29 de junho de 2011.

Assim, a Ata de Deliberação foi lavrada dentro do prazo, porém, a Intimação Via Postal foi enviada muito após o término do mesmo, constando do processo a publicação da Portaria n.º 132/SUPAS/ANTT (fls. 36), que constituiu nova Comissão, apenas em 08 de agosto de 2012, motivo pelo qual se questionou se o ato de envio dessa intimação, inclusive assinado pela Presidente de uma Comissão ao que tudo indica já encerrada, seria válido.

Cabe, ainda, citar o disposto no artigo 1º da Portaria n.º 132/SUPAS/ANTT, que considerou “*encerrados os trabalhos da Comissão de Processo Administrativo*” anterior, “*aproveitando os atos validamente praticados pela Comissão*”.

Diante da questão temporal apresentada, foi solicitada a orientação da PF/ANTT a respeito da validade da Intimação Via Postal enviada em 07 de agosto de 2012 (fls. 35), e, no caso de não ser a mesma válida, se haveria necessidade de retornar o procedimento à fase de alegações finais, com nova intimação da empresa REAL TURISMO LTDA., ou se os procedimentos posteriores de intimação via edital supririam esse vício.

Em resposta, a PF/ANTT elaborou o PARECER N.º 02333/2017/PF-ANTT/PGF/AGU, de 10 de outubro de 2017 (fls. 96/97), no qual entendeu que, “*mesmo que o ato de envio de intimação à investigada proferido pela Comissão Processante tenha sido realizado em momento posterior ao seu término (vide fls. 32 e 37), a Portaria n.º 132/SUPAS/ANTT, de 08 de agosto de 2012 (fl. 36), além de constituir nova Comissão Processante, acabou por ratificar os atos emanados pela anterior Comissão, de modo que houve convalidação desses atos, inclusive da intimação enviada à empresa*”.



III – DA ANÁLISE PROCESSUAL

Diante da análise dos fatos constantes dos autos, constatou-se que o veículo de placas JJD-8545, de propriedade da empresa REAL TURISMO LTDA., foi fiscalizado em 06 de março de 2009, tendo sido verificado que o mesmo transportava mercadorias estrangeiras sem comprovação de sua introdução regular no país.

Nesse contexto, o artigo 24, inciso IV da Lei n.º 10.233, de 05 de junho de 2001, conferiu à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT a atribuição de elaborar e editar normas e regulamentos relativos à prestação do serviço de transporte.

Sendo assim, com base nesse dispositivo, foi editada a Resolução n.º 1.166, de 05 de outubro de 2005, revogada posteriormente pela Resolução n.º 4.777, de 06 de julho de 2015, que estabeleceu que a empresa que pretendesse prestar os serviços especiais de fretamento eventual ou turístico, deveria se cadastrar perante esta Agência, por intermédio de requerimento para a emissão do Certificado de Registro para Fretamento – CRF.

Quando da formalização da pretensão relacionada com o cadastramento para a prestação de serviços de transporte no regime de fretamento, o interessado teve prévio conhecimento das normas peculiares à espécie, inclusive quanto às vedações impostas aos transportadores, especialmente as inseridas nos §§ 1º e 5º do artigo 36, e no inciso VI do artigo 86, do Decreto n.º 2.521, de 20 de março de 1998.

Ademais, a Lei de Introdução ao Direito Brasileiro – LINDB, em seu art. 3º, determina expressamente que o desconhecimento da lei não dispensa seu cumprimento.

As definições citadas nos incisos II, III e XI do artigo 3º do Decreto n.º 2.521/1998, quanto ao conhecimento do transportador, não deixam dúvidas no que diz respeito aos limites da atividade de transporte de passageiros, e elucidam a controvérsia que se instalou acerca do transporte de bagagens, conforme transcrição abaixo:

“Art. 3º Para os fins deste Decreto, considera-se:

(...)

II - bagageiro: compartimento do veículo destinado exclusivamente ao transporte de bagagens, malas postais e encomendas, com acesso independente do compartimento de passageiros;

III - bagagem: conjunto de objetos de uso pessoal do passageiro, devidamente acondicionado, transportado no bagageiro do veículo;

(...)



XI - fretamento eventual ou turístico: é o serviço prestado à pessoa ou a um grupo de pessoas, em circuito fechado, com emissão de nota fiscal e lista de pessoas transportadas, por viagem, com prévia autorização ou licença da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;

(...)"

A representação em desfavor da empresa REAL TURISMO LTDA. descreve a ocorrência do transporte de mercadorias de origem estrangeira, introduzidas clandestinamente no país e desacompanhadas de provas de sua importação regular, possivelmente visando à prática de comércio.

A Resolução n.º 4.777/2015 também dispõe sobre vedações, conforme transcrito a seguir:

“Art. 47. Na prestação do serviço objeto desta Resolução, a bagagem deverá estar devidamente etiquetada e vinculada ao passageiro.

Art. 48. O controle de identificação da bagagem transportada no bagageiro será feito por meio de tíquete de bagagem fornecido pela autorizatária em 3 (três) vias, sendo a primeira fixada à bagagem, a segunda destinada ao passageiro e a terceira anexada à relação de passageiros.

Art. 49. As bagagens não identificadas são de responsabilidade da autorizatária.

Art. 61. Na prestação do serviço de transporte rodoviário de passageiros de que trata a presente Resolução, a autorizatária não poderá:

(...)

VIII - executar o serviço de transporte de encomendas; e

IX - transportar produtos que configurem tráfico de drogas e de entorpecentes, contrabando ou descaminho.”

Destaque-se que a situação apresentada configura infração punível com a pena de declaração de inidoneidade, e a consequente cassação do registro cadastral do transportador, nos termos dos artigos 35, 36 e 86 do Decreto n.º 2.521/1998, de acordo com a transcrição abaixo:

“Art. 35. Constituem serviços especiais os prestados nas seguintes modalidades:

I - transporte interestadual e internacional sob regime de fretamento contínuo;



II - transporte interestadual e internacional sob regime de fretamento eventual ou turístico;

Art. 36. Os serviços especiais previstos nos incisos I e II do caput do art. 35 têm caráter ocasional, só podendo ser prestados em circuito fechado, sem implicar o estabelecimento de serviços regulares ou permanentes e dependem de autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres, independentemente de licitação, observadas, quando for o caso, as normas dos tratados, convenções e acordos internacionais, enquanto vincularem a República Federativa do Brasil.

§ 1º Para os serviços previstos nos incisos I e II do artigo anterior, não poderão ser praticadas vendas de passagens e emissões de passagens individuais, nem a captação ou o desembarque de passageiros no itinerário, vedadas, igualmente, a utilização de terminais rodoviários nos pontos extremos e no percurso da viagem, e o transporte de encomendas ou mercadorias que caracterizem a prática de comércio, nos veículos utilizados na respectiva prestação.

(...)

§ 5º A empresa transportadora que se utilizar do termo de autorização para fretamento contínuo, fretamento eventual ou turístico para a prática de qualquer outra modalidade de transporte diversa da que lhe foi autorizada, será declarada inidônea e terá seu registro cadastral cassado imediatamente, sem prejuízo da responsabilidade civil e das demais penalidades previstas neste Decreto.

(...)

Art. 86. A penalidade de declaração de inidoneidade da transportadora aplicar-se-á nos casos de:

(...)

VI - prática de serviço não autorizado ou permitido.”

Da mesma forma, a Lei n.º 10.233/2001, dispôs:

“Art. 78-A. A infração a esta Lei e o descumprimento dos deveres estabelecidos no contrato de concessão, no termo de permissão e na autorização sujeitará o responsável às seguintes sanções, aplicáveis pela ANTT e pela ANTAQ, sem prejuízo das de natureza civil e penal:

(...)

IV – declaração de inidoneidade

(...)

Art. 78-D. Na aplicação de sanções serão consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos dela resultantes para o serviço e para os usuários, a vantagem auferida pelo infrator, as circunstâncias agravantes e atenuantes, os antecedentes do infrator e a reincidência genérica ou específica.”

Além disso, é possível citar também o artigo 747 do Código Civil Brasileiro, que dispõe:

“Art. 747. O transportador deverá obrigatoriamente recusar a coisa cujo transporte ou comercialização não sejam permitidos, ou que venha desacompanhada dos documentos exigidos por lei ou regulamento.”

Ressalte-se ainda o entendimento do Supremo Tribunal Federal – STF, consubstanciado na Súmula 64, que dispõe:

“É permitido trazer do estrangeiro, como bagagem, objetos de uso pessoal doméstico, desde que, por sua quantidade e natureza, não induzam finalidade comercial.”

Com base na legislação exposta, percebe-se que a situação contida nestes autos configura infração punível com a pena de declaração de inidoneidade, acrescentando-se que a empresa não possui Certificado de Registro para Fretamento válido, portanto, não é atualmente autorizatória dos sistemas de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros no regime de fretamento.

Ainda, importante mencionar que a empresa REAL TURISMO LTDA. foi autuada por cometer infração fiscal, com base no art. 75 da Lei n.º 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e na Instrução Normativa SRF n.º 366, de 12 de novembro de 2003, ensejando instauração de processo administrativo fiscal perante a Secretaria da Receita Federal – SRF.

Em decorrência da instauração do processo administrativo, a SRF enviou representação a esta Agência, conforme dispõe o art. 75. § 8º da Lei n.º 10.833/2003, cuja transcrição está abaixo:

“Art. 75. Aplica-se a multa de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) ao transportador, de passageiros ou de carga, em viagem doméstica ou internacional que transportar mercadoria sujeita a pena de perdimento:

(...)

§ 8º A Secretaria da Receita Federal deverá representar o transportador que incorrer na infração prevista no caput ou que seja submetido à aplicação da pena de perdimento de veículo à autoridade competente para fiscalizar o transporte terrestre.”

Da mesma forma, o art. 9º da supracitada Instrução Normativa, transcrito a seguir:

“Art. 9º Havendo decisão definitiva, na esfera administrativa, do processo relativo à aplicação da multa referida no art. 7º ou da pena de perdimento do veículo, o titular da unidade da SRF responsável pela ação fiscal deverá encaminhar, diretamente à Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), representação contra o transportador, para adoção das providências de sua alçada.

Parágrafo único. A representação à ANTT deverá ser instruída com cópia do auto de infração, da descrição pormenorizada dos fatos e dos demais documentos comprobatórios da prática do ilícito.”

Importante esclarecer que a penalidade aplicada pela SRF à empresa possui natureza fiscal, o que também corrobora com a necessidade do referido órgão de enviar representação à ANTT, à qual compete regular e fiscalizar o transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, por força da Lei n.º 10.233/ 2001.

Verificadas infrações à supracitada Lei, ao Decreto n.º 2.521/1998, e às Resoluções da ANTT, esta Agência deve atuar de forma independente, por se tratar de regras atinentes ao transporte de passageiros, e não à matéria fiscal, motivo pelo qual foi aberto processo administrativo ordinário.

Como se verifica nas fotografias apresentadas juntamente com a representação da Receita Federal (fls. 08), o tamanho e o formato dos embrulhos indicavam se tratar de mercadorias que caracterizam a prática de comércio, e não objetos de uso pessoal dos passageiros.

Assim, diante das circunstâncias, mais do que simplesmente identificar a bagagem, cabia ao preposto da empresa REAL TURISMO LTDA. verificar os embrulhos suspeitos e, se for o caso, negar o embarque do respectivo usuário, conforme artigo 61, incisos VIII e IX da Resolução n.º 4.777/2015.

Portanto, considero caracterizadas as infrações aos §§ 1º e 5º do artigo 36, e ao inciso VI do artigo 86, ambos do Decreto n.º 2.521/1998, bem como ao artigo 61, inciso IX da Resolução n.º 4.777/2015, além de inobservância ao disposto no artigo 747 do Código Civil Brasileiro, e na Súmula 64 do STF, cabendo, portanto, observar a aplicabilidade do artigo 78-A da Lei n.º 10.233/2001.

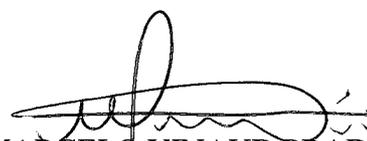
IV – DA PROPOSIÇÃO FINAL

Considerando o exposto, proponho ao Colegiado desta Casa que aprove a minuta de Resolução apresentada em anexo, para aplicar à empresa REAL TURISMO LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 07.668.893/0001-97, a pena de Declaração de Inidoneidade, pelo prazo de 03 (três) anos.

Proponho, ainda:

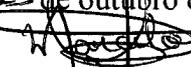
- a) Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros – SUPAS que comunique à empresa o teor da decisão proferida pela Diretoria Colegiada;
- b) Determinar à SUPAS que oficie a Receita Federal, notificando sobre a decisão proferida pela Diretoria Colegiada; e
- c) Retornar os autos à Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres – PF/ANTT, para comunicar a decisão ao Ministério Público Federal – MPF, para eventual instauração de processo penal, com base nos artigos 180 e 334 do Código Penal Brasileiro.

Brasília, 23 de outubro de 2017.


MARCELO VINAUD PRADO
Diretor

À Secretaria Geral – SEGER, com vistas ao prosseguimento do feito.

Em 23 de outubro de 2017.

Ass.: 

Marcelo Gomes da Silva
Matrícula SIAPE nº 1673251
Assessor
DMV